

## **Contabilidade em Instituições Religiosas**

**Aluno(a): Kelli dos Passos Montanari**  
**Orientador(a) no TCC I: Prof. Me. Marco André Pegorini**  
**Orientador(a) no TCC II: Prof. Me. Eduardo Tomedi Leites**  
**Semestre: 2020-4**

### **Resumo**

As instituições religiosas, integrantes do Terceiro Setor (constituído por uma ampla variedade de instituições que não visam a obtenção de lucro), têm o objetivo primordial de professar sua fé, no entanto, buscam também, atender às necessidades dos indivíduos e contribuir com as mudanças sociais. Em 2016, essas instituições, representavam 35,1% de acordo com a FASFIL (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos). Diante da situação atual em que vivem essas organizações - buscou-se como questão de pesquisa -identificar a contribuição da contabilidade gerencial em instituições religiosas. Para tal, foi empregado o método quantitativo por meio de estudo de caso, adotou-se um questionário o qual foi aplicado às instituições religiosas localizadas no sul do país. Os resultados revelaram que elas possuem contabilidade regular e usam-na para cumprir as obrigações fiscais e prestar contas. A partir dos dados obtidos, é possível afirmar que a aplicação correta das ferramentas contábeis contribui de inúmeras maneiras para esse setor, sendo capaz de resultar em uma gestão proativa e diligente na administração e captação de recursos para sua sobrevivência. Portanto, estudos que associam a Ciência Contábil e suas demonstrações à melhorias no gerenciamento dos recursos e a cooperação na tomada de decisões, são ferramentas assertivas e tornam-se fundamentais às instituições religiosas.

**Palavras-chave:** Demonstrações Contábeis. Terceiro Setor. Instituições Religiosas.

### **1 Introdução**

A visão geral da contabilidade, para Silva (2019), está relacionada a números, ou ainda, associada à Matemática em si, no entanto, essas ideias não são os princípios das Ciências Contábeis. Embora a Matemática e a Estatística sejam partes integrantes da Contabilidade, elas estendem-se à outras esferas do conhecimento, uma vez que envolve campos econômicos, sociais, ecológicos, administrativos, bem como, princípios morais e relações humanas nas entidades, transformando-se em uma Ciência Social. E, por esse motivo, os profissionais se ajustam à aplicabilidade e ao dinamismo dessa Ciência. Por isso, muitos setores necessitam aplicar as ferramentas da contabilidade para a geração de relatórios e sua análise, a fim de atender aos seus objetivos, assim como, as empresas sem fins lucrativos.

Diante disso, a questão desta pesquisa é identificar a contribuição da contabilidade gerencial em instituições religiosas. Para isso, definiu-se como objetivo específico levantar o referencial teórico; realizar a coleta de dados; calcular e analisar a contribuição da contabilidade gerencial.

O estudo torna-se relevante, pois de acordo com as informações retiradas do guia de orientação sobre o terceiro setor disponibilizado pelo CRS-RS<sup>1</sup> e a partir de pesquisas feitas pelo IBGE, entre 2002 e 2005 constatou-se que houve um crescimento considerável de

---

<sup>1</sup> CRC-RS. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br>. Acesso em: 08 set. 2019.

associações e instituições sem fins lucrativos, cerca de 22,6%. Ainda, em nova análise realizada em 2010, referente ao período de 2006 a 2010, após uma mudança no método de pesquisa, foi identificado um aumento de 5,3% na quantidade de entidades sem interesse em lucratividade, o que reforça a necessidade de ampliar os estudos e propiciar suporte adequado a este setor.

Segundo pesquisas realizadas pelo IBGE<sup>2</sup> em 2016, as instituições religiosas correspondem a 35,1% de representatividade no FASFIL (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos) apesar da crise econômica que abate o país desde 2014, esse grupo manteve-se, visto que os registros de fechamento foram de apenas 1%.

É notório considerar a relevância e a estabilidade das instituições religiosas dentro do terceiro setor, mesmo em meio às crises, por isso é importante a contribuição do profissional de contabilidade nessas entidades para que estas organizações possuam seus fundos geridos de maneira eficaz.

Os recursos das entidades em fins lucrativos, de acordo com Cruz (2010), pertencem ao aporte e a colaborações particulares que investem nessas instituições e de doadores tanto individuais quanto institucionais. No Brasil, apesar dessas contribuições serem um meio considerável de recursos para a maioria dessas entidades, estudos que indagam a fundo a importância da contabilidade em suas decisões, são insuficientes.

Portanto, os dados supracitados reforçam a pertinência da pesquisa proposta neste trabalho e apontam para a necessidade de ampliar os estudos sobre a contabilidade gerencial para o terceiro setor.

## **2 Referencial Teórico**

### **2.1 Terceiro setor**

De acordo com Alves (2019) podemos definir o terceiro setor como aquele que pertence aos órgãos que oferecem serviços voluntários para a comunidade, sem fins lucrativos e visando atender as necessidades coletivas de um determinado grupo social. Ele surgiu com a tarefa de auxiliar os indivíduos com recursos essenciais e, com o passar do tempo, atraiu diversos âmbitos socioeconômicos e políticos, iniciando no ano de 1970 as conhecidas ONGs.

O terceiro setor obtém apoio financeiro, na sua maioria por meio da própria atividade, ou seja, através de doações, subsídios, financiamentos públicos ou privados, entre outros. A aplicabilidade desses recursos é totalmente designada ao custeio do propósito que motivou a sua criação e ao findar cada exercício, o superávit, é reaplicado em outras atividades e nenhum valor é designado aos seus membros ou associados, conforme CRC-RS (2018).

Andrade et al. (2015) expõe que as organizações focadas em ações sociais abrangem diversas instituições privadas, as quais operam em um sortimento de ramos para auxiliar a sociedade, são elas: o desenvolvimento do amparo social, educação, saúde, acolhimento aos idosos e criança em circunstâncias de indefensabilidade, preservação do meio ambiente e explorações científicas, entre outras coisas.

Ademais, segundo o Art. 44 do Código Civil Brasileiro, o terceiro setor se enquadra no molde jurídico de associações, de fundações ou de organizações religiosas, e para elucidar será exposto brevemente as características de cada molde.

Consoante ao Código Civil Brasileiro, destaca-se o Art. 53 da Lei 10.406/2002, o qual descreve que as associações são representadas pela aliança de pessoas físicas ou jurídicas, frequentemente com numerosos indivíduos, com intenções abnegadas, não econômica, éticas, religiosas ou com disposições gerais.

---

<sup>2</sup> IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 set. 2019.

Motta (2010) afirma que as fundações não são determinadas pelo ajuntamento de pessoas, como consistem as sociedades e as associações, mas sim, de um conjunto de recursos que, por intermédio de permissão regular, obtém o direito de atuar no universo legal – o qual corrobora com o Art. 62 da Lei 10.406/2002, que enuncia a seguinte determinação: “Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la”. As fundações – para Motta (2010) - surgem a partir de uma ação distintiva, conquistando, personalidade jurídica ante o Registro Civil de Pessoas Jurídicas, manifestando o interesse social das suas operações.

Em conformidade com o Art. 44 do Código Civil pela Lei nº 10.825, 2003, as organizações religiosas são entidades sem interesse em ganhos monetários, ou seja, seu intuito é confessar culto de qualquer credo e seus integrantes são membros de manifestações religiosas.

Macedo (2011) enfatiza que com a implantação dessa lei, as instituições religiosas obtiveram características jurídicas na esfera da autoridade legal, deixando de estar em uma condição abstrata juridicamente e tornando-se protegidas pelo direito privado.

## **2.2 Principais obrigações do terceiro setor**

De acordo com o Schmidt e Ribas (2019) o terceiro setor possui algumas exigências a cumprir e o dever de apresentar algumas demonstrações contábeis. É obrigatório que disponha de alguns responsáveis por áreas específicas para o cumprimento de todas as atividades, são eles: o presidente, o administrador, o comitê fiscal e o contador. O presidente tem a incumbência sobre assuntos trabalhistas, fiscais e cíveis. O administrador tem o dever de representar legalmente a instituição e por intermédio dele é reconhecida a pessoa jurídica, através das suas ações em nome da entidade. Já, o conselho fiscal, examina o gerenciamento financeiro, fiscal e contábil da organização, deve contribuir no desenvolvimento dos balanços, nos relatórios financeiros e contábeis, expondo sua opinião em ocasiões necessárias, também nos casos de irregularidades, compete ao comitê fiscal relatar em assembleia. Por fim, o contador, que se responsabiliza pela contabilidade das entidades do setor e responderá, caso necessário, pela falta de cumprimentos das obrigações tributária e responde por fraudes, criminalmente, o profissional também é encarregado por divulgar as demonstrações contábeis, deve conhecer amplamente a entidade, seus planos e projetos de expansão. É fundamental que tenha uma atuação em concordância com a diretoria e os interesses da instituição, é imprescindível, o cumprimento dos princípios e normas da contabilidade, e a observação da respectiva legislação.

## **2.3 Normas Contábeis para o Terceiro Setor**

As organizações do terceiro setor, devem adotar as normas de contabilidade e, se for o caso, aderir às mudanças nas normas de prestações de contas. Precisam seguir as normas brasileiras de contabilidade, como para as empresas em geral, e também as normas específicas. A ITG 2002 (R1) - Organizações sem fins lucrativos possuem especificações e processos distintos e específicos de avaliação, de verificação das operações e alterações do patrimônio, da organização estrutural das demonstrações Contábeis e dos informes para divulgação em notas explicativas.

Os princípios de contabilidade, da mesma forma, precisam ser considerados, pois eles que guiam a atividade da profissão contábil. Além disso, é necessário para a escrituração contábil, seguir algumas especificidades dadas pelo restante das NBC. Além disso, na falta de suporte para executar as demonstrações contábeis, é preciso fazer uso da NBC TG 1000, a

qual trata da contabilidade para pequenas e médias empresas, do mesmo modo, precisa considerar as normas internacionais de contabilidade, conforme a Lei 11.638-07.

## **2.4 Imunidade e isenção tributária**

A imunidade é quando o ente tributário limita, permanentemente, a exigência de tributos. Ela está renunciada na Constituição, que retira do âmbito tributário determinadas pessoas, bens ou serviços e patrimônio. Neste contexto não há fato gerador. A isenção é quando não se pode exigir os tributos, por um determinado tempo, determinado em lei. Para a lei, os quesitos exigidos para a sua permissão, determina para quais tributos serão aplicadas a isenção e seu tempo de duração. A isenção, exceto em casos de prazo determinado, pode ser invalidada ou alterada a qualquer momento. Lei 5.172/1966, CTN, ART. 178

As imunidades e as isenções não isentam as pessoas jurídicas dos deveres inerentes ao pagamento de impostos sobre proventos quitados ou creditados e a declaração de informações. Decreto 9.580/2018, RIR, art.178.

A Constituição Federal de 1988, artigo 150, inciso VI, enuncia que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são impedidos de instaurar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, também dos partidos políticos, das entidades educacionais e de assistência social, sem fins lucrativos; sobre templos de qualquer culto; livros, jornais, obras musicais produzidas no Brasil e interpretadas por artistas brasileiros, entre outros pormenores.

De acordo com o Decreto nº 9.580/2018, que regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, são imunes do imposto sobre a renda, pessoas jurídicas. Complementando o Decreto, tem-se: Art. 179, os templos de qualquer culto; Art. 180, os partidos políticos, também suas fundações e as unidades sindicais de colaboradores, sem fins lucrativos; Art. 181, as entidades de educação e de assistência social, sem fins lucrativos. Quanto a contribuições sociais, cota patronal a Constituição federal de 1988, Art. 195 parágrafo 7º, declara que são isentas de contribuição para a seguridade social as instituições de assistência social que se enquadrem nas condições determinadas em lei.

## **2.5 Instituições religiosas**

De acordo com Torquato (2017) o início das igrejas no Brasil está relacionado a chegada do catolicismo na América, habitada por povos Ibéricos, isto é, Portugal e Espanha, um reino que seguia o feudalismo.

Nos séculos V e XV o catolicismo cresceu moldado pela perspectiva da reconquista e com essa mesma visão chegou à religião católica ao território brasileiro e a América Espanhola. A Península Ibérica, assumiu a mesma postura adotada pelo padre francês Bernardo de Claraval, que foi um influenciador na igreja católica, com a sua ideia de Deus, através da igreja, e do Estado, através dos exércitos. Tornando a igreja uma auxiliar para o crescimento das colônias, que se confirma ao verificarmos que junto a cidades sempre havia um grande santuário. Os primeiros missionários protestantes chegaram no Brasil no século XIX, naquela época os católicos mantinham predominância e perpetuavam já fazia muito tempo, tinham absoluta autoridade sob o governo brasileiro. Inicialmente, os protestantes tiveram diversos impedimentos para estabelecer sua fé religiosa, pois o posicionamento da política brasileira na época era contra a liberdade religiosa, mas com a chegada dos negociantes ingleses em terras brasileiras, chegou também a imposição de liberdade para ter autonomia para a construção de igrejas Anglicanas, em consequência, no ano de 1810, foi assinado um acordo, dando permissão para a implantação de templos para cerimônias, sob a condição de que não construiriam com características de catedrais, Torquato (2017).

De acordo com Teixeira e Menezes (2013), em seu livro, *Religiões em Movimento*, baseado em informações do Censo do ano de 2010, foi divulgado a relação de religiões mundiais pelo *Pew Reserh Center* em dezembro de 2012, nas seguintes posições: o cristianismo abrangendo 31,5% da população mundial, em torno de 2,2 milhões de seguidores, na sequência, o islamismo com 23,2% cerca de 1,6 bilhões, os "não filiados", que são agnósticos ou pessoas que não se encaixam em nenhuma das religiões apuradas, que aparece para tomar a terceira posição com 16,3% dos indivíduos, representando 1,1 milhões. Na quarta colocação vem o hinduísmo alcançando 15% dos habitantes do mundo, 1 bilhão de adeptos. Continuando, apresentam-se o budismo com 7,1%, 488.000.000, logo após, vêm as religiões locais 5,9%, 405.000.000, e outras religiões com 0,8% e 58.000.000. Por fim o judaísmo 0,2% e 140.00.000.

Constatou-se através da pesquisa do censo do IBGE em 2010, que houve um declínio dos declarados católicos apostólicos romanos brasileiros e um avanço na intensificação dos cristãos evangélicos, enquanto aos sem religião detectou-se progresso em menor escala. O catolicismo romano ainda é predominante, mas, indica que ele está deixando de ser a principal religião brasileira, os índices demonstram que a população vem explorando novos meios de espiritualidade.

## **2.6 Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira**

De acordo com Martins et al. (2019) a contabilidade é uma representação simplificada da realidade das instituições, pois busca retratar o que acontece nas empresas. Trata-se de uma demonstração resumida do que é real pois, dificilmente consegue-se demonstrar de maneira absoluta o que de fato ocorre nas instituições, uma vez que necessita de dados mais completos.

A finalidade da contabilidade, de acordo com Padoveze (2018), é a gestão de um conjunto de bens, realizado por meio de recolhimento e da organização das informações originárias dos acontecimentos que modificam o capital. Sendo assim, podemos interpretar a contabilidade como um conjunto de dados que sistematizam o controle acerca do patrimônio de uma empresa. Para Padoveze (2018), é possível definir uma instituição contábil, como um grupo de elementos patrimoniais que pertence a um indivíduo jurídico ou pessoa física, ora sendo uma personalidade jurídica, ela pode existir com fins lucrativos ou sem.

Conforme o CRC- RS, os profissionais formados em Ciências Contábeis possuem um amplo campo de atuação e pode ser classificada como: contabilidade gerencial e financeira, auditora, perícia e, por fim, a gestão financeira e de investimentos.

De acordo com o escritor A. Atkinson et al. (2015) contabilidade gerencial e contabilidade financeira são meios de proporcionar a quem interessar, como os responsáveis financeiros, administradores, gerentes, informações importantes de uma entidade, financeiras e não financeiras, para que suas decisões possam ser mais assertivas, visando destinar as verbas de forma a atender as necessidades, monitorar e avaliar os resultados. Um exemplo, são os relatórios financeiro, como o de despesas de um setor ou departamento, podemos citar também, os custos para prestação de serviços, para fabricação de produtos ou para realizar qualquer transação dentro da sua corporação, as duas ferramentas possuem semelhanças consideráveis, pois se apoiam em dados financeiros e quantitativos sobre negociações, contudo, distinguem-se em aspectos consideráveis.

Segundo Padoveze (2010), a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial foram criadas com objetivos diferentes e distintos usufruidores dos dados financeiros. Existe, no entanto, numerosas conformidades entre as metodologias. A contabilidade gerencial é associada com o suprimento de informações aos administradores, quem está atuando no interior da entidade, diretamente incumbidos em controlar e direcionar a execução das

atividades. Em contraste com a contabilidade financeira, que leva informações aos sócios, credores, investidores, que estão externamente, ligados a instituição.

## **2.7 Demonstrações Contábeis**

A demonstração, para Souza et al. (2015) adveio motivada pela importância de avaliar o vigor financeiro e econômico de uma instituição. Seu intuito é gerar dados que sejam relevantes para gestores, investidores, sócios, bancos, fornecedores e para quaisquer interessados na sua utilização, pode-se dizer que as demonstrações financeiras são informes importantes na cooperação para que as entidade tomem as decisões mais assertivas, também são ferramentas de avaliação da atuação dos administradores da organização. As apresentações das demonstrações podem ser expostas de várias maneiras, de modo que atendam à necessidade do usuário e dos fins que desejam alcançar.

É indispensável que as informações produzidas atendam à finalidade desejada por determinado grupo ou indivíduos. O contador que for examinar as demonstrações precisa manter-se continuamente em busca de melhoramento e atualização dos conhecimentos contábeis, conquistando o domínio sobre o assunto, necessário para obter êxito na execução da atividade, declara Souza et al. (2015).

O CPC 26 R1 (2011), no item 9, descreve que a finalidade das demonstrações contábeis é disponibilizar dados sobre a condição patrimonial e financeira, da performance do fluxo de caixa das organizações, que beneficie maior quantidade de usuários possíveis nas decisões mais satisfatória. Além disso, as demonstrações apontam o desempenho da gestão quanto suas responsabilidades e obrigações e para que esses objetivos sejam alcançados, as demonstrações contábeis apresentam informações em relação aos ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, ganhos e perdas, integralizações dos sócios, distribuições de lucro e fluxo de caixa, a união desses elementos auxiliam na visão do quadro futuro.

De acordo com Lins e Filho (2012), o balanço patrimonial é um demonstrativo popular, constituído por três elementos, o ativo, o passivo e o patrimônio líquido. O ativo trata da utilização dos recursos, são bens e direitos que uma organização tem a receber. Já o passivo é chamado de origens, é quando se tem uma obrigação que futuramente causará uma saída dos recursos de caixa. Por fim, temos o patrimônio líquido que informa a participação dos sócios na instituição, não se define como obrigações, ele é o resultado, positivo ou negativo do patrimônio. A demonstração do resultado do exercício (DRE) representa a *performance* da empresa, verifica se houve lucro ou prejuízo durante um período ou exercício. E no término de cada ano as contas são zeradas, impactando no patrimônio líquido.

Silva (2019) discorre sobre inúmeras maneiras de utilização das demonstrações. Uma delas é medir o desempenho da gestão financeira, patrimonial e econômica das empresas de épocas passadas, contrastando com os objetivos e diretivas instituídas. Também pode-se confrontar predisposições das regiões e segmentos de interesses da entidade. Outra forma de utilização é analisar probabilidade de rentabilidade e sobrevivência dos empreendimentos, proporcionando aos administradores uma visão melhor para decisões relacionadas a aplicação de capitais, possibilitando inclusive, fazer modificações em sua gestão e, ainda, subvencionar novas direções.

## **2.8 Demonstrações Contábeis para entidades sem fins lucrativos**

As demonstrações contábeis ou financeiras conforme Montoto (2018) são determinadas de acordo com a lei das sociedades anônimas, pelo CFC, pela CVM e pelo regulamento do imposto de renda. A exigência de gerar as demonstrações está relacionada às características jurídicas da entidade, se empresa limitada, sociedade anônima, a dimensão da organização, quer dizer, micro empresas, pequenas empresas, médias ou grandes.

As demonstrações contábeis devem ser desenvolvidas respeitando as práticas contábeis empregadas no Brasil. Ao elaborar as demonstrações contábeis das organizações sem fins lucrativos devemos obedecer a lei 6.464/1976 e suas alterações, inseridas pela lei 11.638-2007 e lei 11.941-2009, que modificaram artigos inerentes a composição e a exposição das demonstrações contábeis.

Segundo o CRC-RS, em seu guia de orientação para o profissional da Contabilidade, Terceiro Setor (2018), as demonstrações contábeis completas são compostas de balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas.

Para Bulgarim et al. (2011) as demonstrações que o terceiro setor deve apresentar, no mínimo, são o balanço patrimonial no fechamento do período; as demonstrações do resultado, as demonstrações das mutações do patrimônio, as demonstrações dos fluxos de caixa para o período e as notas explicativas.

Ainda de acordo com o autor, a definição da demonstração do resultado nas entidades do terceiro setor, comumente, é titulada de Demonstração do Superávit ou Déficit do período, as expressões lucro ou prejuízo devem ser alteradas para superávit ou déficit. Suas receitas e despesas têm de ser apresentadas, mensalmente, obedecendo o sistema de competência.

Para Pereira (2018) a demonstração do resultado do exercício tem o intuito de demonstrar aos interessados o comportamento da organização, Melhor dizendo, ela expõe qual foi o aumento ou declínio na atuação da entidade. E mais, ao analisar o resultado de vários períodos, permite uma visão futura dos resultados, que facilita as observações e o prognóstico sobre os custos, as receitas e o lucro.

Ainda o autor, aborda o conceito de balanço patrimonial, definido na NBC-T3, norma revogada pela Resolução CFC 1.049/2005, podemos descrever o balanço patrimonial como a demonstração contábil designada a apresentar, qualitativamente e quantitativamente, em uma data fixada, o patrimônio e o patrimônio líquido da organização. Pereira (2018), destaca que o balanço mostra os valores equivalente aos resultados dos dois elementos, ativo, passivo e patrimônio líquido, além de que, o balanço tem a visão dos haveres excedentes ou não, na conta de lucros e prejuízos, revelando a ligação entre as contas de patrimônio e resultado.

De acordo com Lins (2012) a demonstração do resultado abrangente (DRA) indica as alterações ocorridas no patrimônio líquido consequência de entradas, saídas e outros acontecimentos que, não são consideradas no resultado de imediato, em outros termos, sua efetivação, até então, tem certa dubiedade.

Silva & Silva, (2015) relatam que através do CPC 26, ocorreu no Brasil a regulamentação do resultado abrangente e seus elementos. No item 81, do referido pronunciamento técnico, foram apresentadas as exigências para as entidades, da exposição da Demonstração de Resultado Abrangente desassociado da Demonstração de Resultado. Complementando o CPC 26, no item 106, o qual prescreve que as empresas devem divulgar na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), o resultado abrangente do período.

Amorim (2019) afirma que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) possibilita que o Patrimônio Líquido seja estudado de maneira mais abrangente, detalhando o movimento das contas, retratando as deliberações das entidades, a repartição de dividendos e o estabelecimento de reservas, e outros.

Para Sales e Correia (2013), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL – é uma exposição contábil com o propósito de apontar as alternâncias sucedidas nas contas do patrimônio líquido, refletindo suas movimentações.

Montoto (2018) diz que o propósito das demonstrações dos fluxos de caixa é de expor aos usufruidores as alterações que aconteceram no “caixa”. Essa demonstração tem uma

concepção vasta, pois apresenta o resultado da conta caixa acrescido aos saldos da conta banco e das contas de liquidez imediata, ou seja, valores investidos que possam ser resgatados no prazo de até 90 dias.

Dando continuidade as definições das demonstrações, a finalidade da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e de mostrar o capital gerado pelos estabelecimentos e a partilha entre os membros que colaboram no aumento desse capital, isto significa, revelar a parte do valor adicionado designada aos possuidores de recursos, e a outros patrocinadores dos negócios da instituição, (VERAS MACHADO 2015).

Iudícibus et al. (2020) destacam que as notas explicativas diminuem as inseguranças dos clientes ou investidores externos, pois tornam claros os princípios característicos aplicados pela entidade, também, expõem as espécies de ameaças de créditos relacionadas a sujeição de elementos climatológicos, de grau de liquidez, da qualificação das análises das flutuações cambiais ou das mudanças nos custos de determinadas matérias-primas, de regimes governamentais, entre outros. Através das notas explicativas as organizações evidenciam como atuam nas diversas situações que possam vir a ocorrer.

Stephano et al. (2013), consideram a contabilidade indispensável nas entidades religiosas, pois elas são objeto de censura acerca da aplicação de seus recursos e a contabilidade é uma ferramenta eficiente na fundamentação da destinação das entradas financeiras como artifício em comprovar a probidade dessas instituições.

## **2.9 Ferramentas da Contabilidade Gerencial em Entidades do Terceiro**

Conforme Castro et al. (2015) os recursos contábeis e gerenciais colaboram na assistência aos profissionais que atuam no terceiro setor, que buscam maneiras de obter êxito na gestão da organização, ao fazer uso deles podem alcançar resultados positivos, buscando a redução dos resultados deficitários. As entidades do terceiro setor, assim como todas as instituições, precisam mostrar suas demonstrações contábeis de modo fidedigno e correto, indicando quais foram os fundos recebidos e aonde foram aplicados, gerando mais confiabilidade e segurança àqueles que contribuem com doações, credibilidade do estado, da sociedade e de todos os indivíduos envolvidos com os interesses defendidos pela entidade.

Segundo Slomski et al. (2012, apud Leoncio, 2019, p. 26) a administração de organizações sem fins lucrativos precisa ser planejada, assim como uma instituição que tem como objetivo a lucratividade. As entidades do terceiro setor carecem de um bom planejamento, para assegurar que seus planos e a aquisição de recursos financeiros sejam obtidos e para conseguir precisam apresentar suas contas, da maneira mais clara que conseguir, permitindo que todas às pessoas que cooperam, tenham as informações à sua disposição.

Reforçando este tema, Oyadomari et al. (2018) relatam que para uma organização ter um controle e organização eficaz, necessita usar a contabilidade, que é o instrumento mais eficiente para que isso ocorra, com a ausência dela, inexistente controle, conseqüentemente, faltará gerenciamento. Em síntese, a contabilidade é a expressão global dos negócios e tem um dever social importante para assegurar seriedade nas transações realizadas pelas organizações públicas, privadas e do Terceiro Setor.

### **2.9.1 Indicadores de desempenho**

Ainda, de acordo com o autor, Oyadomari et al. (2018) a avaliação do desempenho é a forma que as empresas mensuram se os resultados obtidos estão melhores ou insatisfatórios, de acordo com alguma medida de comparação, alguns estabelecimentos avaliam o

desempenho através do uso de orçamento e outras definem o desempenho comparando os resultados realizados com o ocorrido nos anos anteriores, buscando melhorar constantemente.

Segundo Izidoro (2015), antigamente as instituições se apoiavam em dados financeiros para conseguirem ver se os planos estavam acontecendo conforme o esperado. No entanto, com o transcorrer dos anos, perceberam que eram insuficientes, visto que os relatórios financeiros atestavam o quadro de acontecimentos passados e corriam o risco de não conseguir ter tempo hábil para realizar as ações necessárias. Sobreveio, portanto, a indispensabilidade de estabelecer critérios a fim de que as entidades tentassem prever os prováveis acontecimentos no exato momento que ocorressem. Como consequência, as empresas passaram a prestar atenção nos acontecimentos habituais acompanhando seu próprio cotidiano, por intermédio, de indicadores de desempenho que retratam em qual situação precisará de maior empenho e dedicação.

### **2.9.2 Orçamento empresarial**

Kiekow et al (2015) descrevem que por efeito de uma nova perspectiva econômica mundial, atribuiu-se ao plano orçamentário grande importância, relacionada a criação de valor para as organizações, para os procedimentos sociais e ambientais e para manter a base de seus valores e a potencialização de seus propósitos. Por esse motivo, o orçamento levou os estabelecimentos a esforçarem-se em zelar pela excelência, assim, buscando se sobrepor aos concorrentes.

Em conformidade com Frezzati (2017), o orçamento é um esquema financeiro para executar os planos das empresas, que necessitam da elaboração de um plano estratégico e está sob dependência dele. É tido como uma das bases da gestão e um dos mecanismos substanciais para que a prestação de contas das atividades de seus administradores possa ser vista.

Segundo Costa (2011, p.17) “Estrutura básica do orçamento é formada por partes, isto é, definimos os princípios preparamos, montamos, monitoramos e então obtemos os resultados, mas tudo isso com planejamento e controle”. Ele reforça que para a formação do orçamento é essencial agrupar informações a respeito das metas do estabelecimento, suas deficiências e a suas interferências, seja internamente ou externamente, também compreender as características, padrões e períodos das receitas e despesas para ter capacidade de avaliar com exatidão as entradas e as saídas. Por fim, estudar os custos e relacionar a avaliação dos desembolsos de recursos à análise de receitas e despesas, dando assim um direcionamento mais concreto da efetividade do orçamento.

### **2.9.3 Fluxo de caixa**

Zanolla e Lima (2011) declaram que o princípio do fluxo de caixa (DFC) é dispor de um conjunto de dados a respeito do fluxo das entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa de um intervalo de tempo definido. Os autores afirmam que a DFC é a exposição da situação econômica na empresa, ressaltando os recursos disponíveis de imediato e a sua eficácia em cumprir com suas obrigações, assim como a maleabilidade econômica.

De acordo com Cordeiro da Silva (2018), um instrumento utilizado para acompanhar o quadro financeiro de um estabelecimento, é o fluxo de caixa, uma ferramenta que traça em momentos porvires, as entradas e saídas dos recursos financeiros, apontando como serão as sobras ou faltas de caixa para o período planejado.

Andrade, et al. (2015) enuncia que o fluxo do disponível ou fluxo de caixa é um meio de monitoramento financeiro aconselhável a todas entidades do terceiro setor, no entanto,

precisa ser aplicado, igualmente, como ferramenta de previsão de excedente ou de insuficiência de recursos financeiros, reforça ainda, que essa ferramenta é de uso exclusivamente interno e não segue requisitos contábeis como aplica-se a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC escrito nas Normas Brasileiras de Contabilidade.

A respeito de Fluxo de Caixa, Biagio (2018) diz que o fluxo de caixa é um ótimo quadro de transações das instituições, uma vez que concede uma maneira de prever as flutuações das entradas e saídas de numerários, possibilitando identificar com antecedência como estará o fluxo em algum dado momento e se estiver negativo conseguirá tomar medidas para granjear recursos, sejam negociações com fornecedores quanto aos prazos ou acordar com os clientes adiantamento de pagamento, além disso, pode buscar linhas de créditos atrativos a empresa.

#### **2.9.4 Gestão de Custos**

Martins et al. (2009) destacam que houve aumento no número de imposições e incredulidade por parte dos patrocinadores e pela sociedade, problemas causados por profissionais sem domínio na esfera administrativa que podem levar estas instituições a terem grandes dificuldades. Em razão disso, reforça que o terceiro setor precisa recorrer a responsáveis hábeis, com domínio no campo da administração e, de instrumentos gerenciais para que sejam capazes de fornecer dados importantes para a tomada de decisão. A gestão de custos pode ser capaz de contribuir para o êxito desse seguimento, fornecendo aos administradores informações pertinentes e fundamentais para discernir qual o melhor plano estratégico, relacionado aos seus custos.

Viceconti (2018) discorre sobre a contabilidade de custos e sua finalidade primordial, de propiciar meios para a análise dos estoques e o levantamento dos resultados, mas que no decorrer do tempo, foram acrescentadas à sua função dois elementos essenciais na contabilidade, o aproveitamento das informações de custos para contribuir ao monitoramento e para dar suporte a tomada de decisões. O autor afirma que o propósito da contabilidade de custos, é disponibilizar um conjunto de elementos para que sejam criados padrões, prognósticos, orçamentos e para observar se as circunstâncias atuais, realmente, ocorreram conforme o previsto.

Bruni et al. (2010) salientam sobre a importância dos materiais produzidos por meio da gestão de custos, que trazem uma mescla de informações gerenciais que expressam os resultados do colhimento de dados oriundos das inúmeras extensões que formam a entidade.

Conforme enfatiza Silva et al. (2019) a contabilidade e suas ferramentas, no contexto atual, são indispensáveis, pois servem como referência nas decisões, e mostram de maneira concreta o destino das receitas, em outras palavras, é um instrumento que apresenta a boa administração da gestão, empreendida nas igrejas.

### **3 Aspectos metodológicos**

#### **3.1 Delineamento da pesquisa**

A pesquisa é descrita, no que se refere as técnicas que serão utilizadas para nortear o estudo e, por conseguinte, os dados obtidos, como o levantamento integrado com a bibliografia. Especialmente, uma averiguação dos inúmeros tópicos que precisam ser observados para a aplicabilidade da Contabilidade, nas entidades sem fins lucrativos, classificadas como o Terceiro Setor, estendendo-se às instituições religiosas.

Se tratando de pesquisa, Medeiros et al. (2011, p.75) descrevem que sua planificação ou enfoque operacional, dispõe de indagações relativas ao conteúdo da pesquisa, a problemática, o alvo da análise, o método a ser utilizado, e a observância dos regulamentos para o

desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso. A união desses elementos é essencial para o bom resultado do estudo, e é partindo dessa perspectiva que se elabora um projeto completo, prático e que estabelece um desfecho favorável às expectativas determinadas previamente.

Para Freitas (2011, p. 9) depois de definir o objetivo da pesquisa, deve-se escolher o modelo mais adequado para alcançar o propósito da investigação. Sendo assim, quando o intuito da análise é descritivo ou causal, o critério a ser utilizado é quantitativo; quando a meta é esclarecer ou ilustrar um acontecimento, o tratamento da abordagem escolhida deve ser o qualitativo.

O estudo é de cunho quantitativo, pois de acordo com Tomaino et al. (2016, p.27), o método quantitativo é solidificado pela mensuração do conjunto de coisas reais e sua consequente sujeição à questões empíricas, associadas ao trio problema, pressupostos e tese, derivadas da captação das interpretações das ciências biológicas, físicas e químicas. Considerando, no âmbito social, fatos estatísticos, que teorizam e reduzem os fatos coletivos a proporções numéricas.

Considerando as explicações dos autores, conclui-se que as metodologias definidas são as mais apropriadas para o tipo de estudo proposto.

### **3.2 Procedimentos de coleta e análise dos dados**

Este trabalho tem como objetivo analisar se as entidades religiosas utilizam as ferramentas da contabilidade em suas decisões financeiras, a fim de promover escolhas mais assertivas nas coletas e destinações de recursos, além disso, contribuir na apresentação da prestação de contas aos seus membros e colaboradores de maneira clara e compreensível.

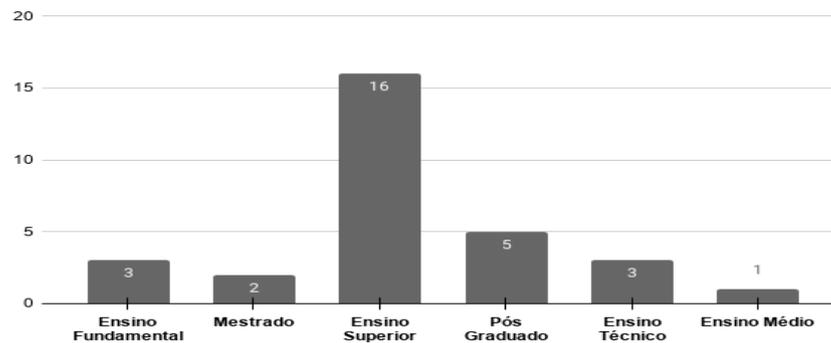
Para a execução da coleta de dados foi utilizado um questionário fechado, por meio da ferramenta *Google* formulários e - para compilar os resultados - utilizou-se os recursos do *Google* planilhas, aplicado a um total de trinta instituições religiosas, a maioria delas situadas no estado do Rio Grande do Sul, com algumas participações de entidades do estado São Paulo e Paraná. O questionário foi empregado aos administradores ou tesoureiros das instituições, atrelado aos conceitos teóricos evidenciados por meio da pesquisa bibliográfica.

## **4. Resultados da pesquisa**

A série de 13 questões, de múltipla escolha, aplicada de forma virtual a 30 instituições religiosas, foi separada em três partes. Constituída primeiramente, na busca da identificação dos respondentes, solicitando informações como: escolaridade e nível de compreensão sobre instrumentos contábeis e gerenciais, seguida das questões destinadas ao perfil da instituição quanto à quantidade de membros e valor médio de entradas financeiras, e por fim, indagou-se sobre o uso, a frequência e a relevância da contabilidade gerencial e das demonstrações contábeis, a utilização de contabilidade regular, quais demonstrações são aplicadas e para quais finalidades as utilizam, além de verificar a relevância da assistência do profissional contábil e das ferramentas gerenciais para o setor.

A primeira questão tem o intuito de descobrir o grau de instrução dos respondentes. A resposta será apresentada de acordo com a figura 1.

Figura 1 – Escolaridade dos respondentes

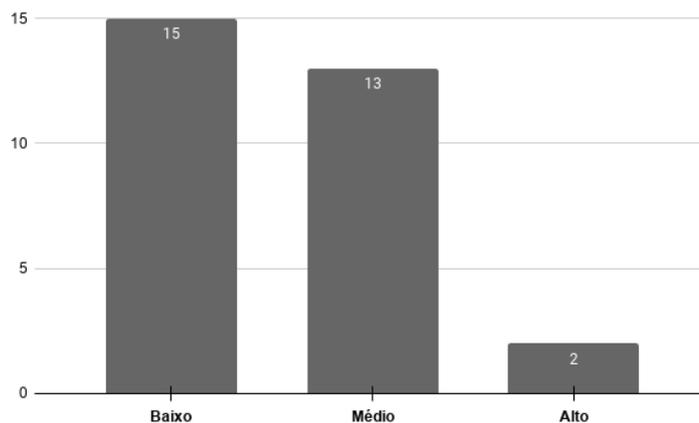


Fonte: Elaborada pelo autor.

A partir do resultado representado, atesta-se que prevalece o ensino superior como escolaridade dos respondentes. Dos 30 indivíduos questionados, 16 possuem ensino superior, representando 53,3% dos entrevistados, seguido de 5 pós graduados, 3 com ensino técnico, 3 com ensino fundamental, 2 com mestrado e 1 respondente com ensino médio.

A pergunta subsequente visa descobrir qual é o nível de compreensão dos respondentes quanto aos instrumentos contábeis e gerenciais, figura 2.

Figura 2 – Nível de compreensão sobre instrumentos contábeis e gerenciais.

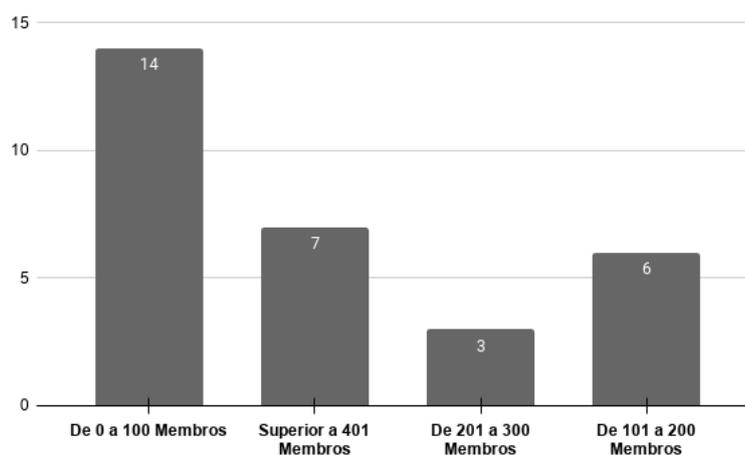


Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com a figura 2, é notório que o nível de entendimento está entre baixo e médio, visto que 50% declara ter baixa compreensão. Já, 15 respondentes consideram-se com nível baixo e 13 - com nível médio totalizando 43,3% e, apenas 2 pessoas possuem alto grau de conhecimento sobre o assunto, percentualmente representam 6,7%.

Na sequência, analisa-se o perfil da instituição. Esta etapa inicia com a pergunta sobre a quantidade de membros ativos que a entidade possui, resultado apontado na figura3.

Figura 3 – Quantidade média de membros ativos

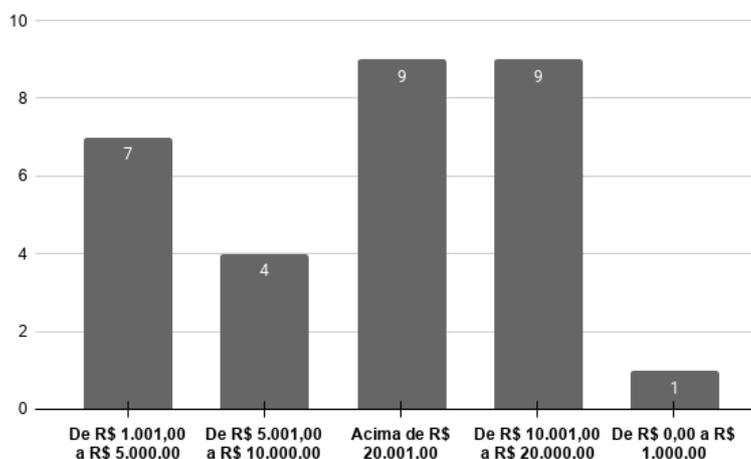


Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nas informações apresentadas na figura 3, identifica-se que a maior parte das instituições possuem de 0 a 100 membros, ou seja, 46,7% afirmaram esta quantidade, totalizando 14 igrejas. Seguida de 7 entidades com um número de membros superior a 401. Prosseguindo, 20% das entidades são constituídas por uma média de 101 a 200 participantes ativos. Tem-se ainda, 10% de igrejas composta de 201 a 300 membros.

Questiona-se, a seguir, sobre a arrecadação mensal das instituições e a figura 4 indica os valores obtidos.

Figura 4 – Qual o valor médio de entradas financeiras mensais.

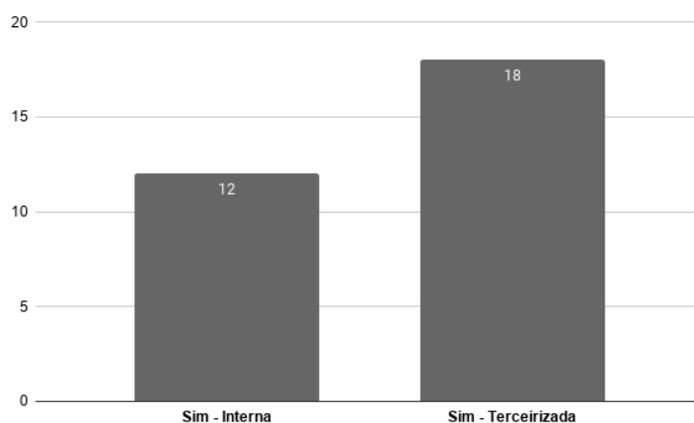


Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme a apuração, observa-se que 9 entidades recebem valores entre R\$ 10.001,00 a R\$ 20.000,00 mensais, acompanhada de outras 9 que recebem acima de R\$ 20.001,00. Na sequência, 7 instituições religiosas declararam receber R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00 seguida de 4 instituições que arrecadam de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00. Por fim, uma organização religiosa afirma receber R\$ 0,00 a R\$ 1.000,00.

Com o objetivo de verificar se a contabilidade e as ferramentas oferecidas por ela são utilizadas nas instituições religiosas, para isso realizou-se uma série de perguntas. Assim sendo, a próxima questão indaga se as entidades religiosas possuem contabilidade regular e se é terceirizada ou interna, segundo a figura 5.

Figura 5 – A entidade possui contabilidade regular?



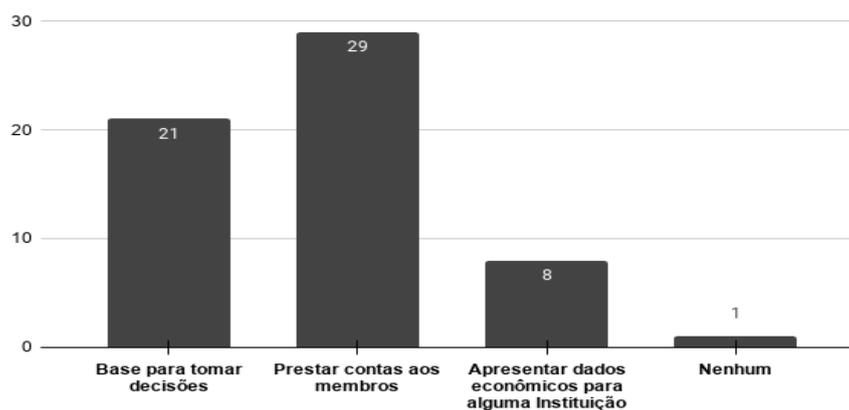
Fonte: Elaborado pelo autor.

Por meio da mensuração representada na figura 5, constata-se que todas as igrejas possuem contabilidade regular, dividida em terceirizada ou interna. Das 30 entidades, 18 delas dispõem de contabilidade terceirizada, seguida de outras 12 que possuem contabilidade interna, correspondendo percentualmente em 60% terceirizada e 40% interna.

Para descobrir quais instrumentos contábeis essas instituições fazem uso, na questão de número 6, interrogamos acerca de quais demonstrações contábeis elas utilizam. Este questionamento revela que há Balanço Patrimonial, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações de Superávit ou Déficit. E não há Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e a Demonstração do Valor Adicionado, por fim, quanto a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social, somente uma entidade afirmou dispor deste demonstrativo.

Em seguida, busca-se observar para quais finalidades essas demonstrações são utilizadas. O resultado pode ser verificado na figura 7.

Figura 7 – Utilizam as demonstrações contábeis para quais finalidades.



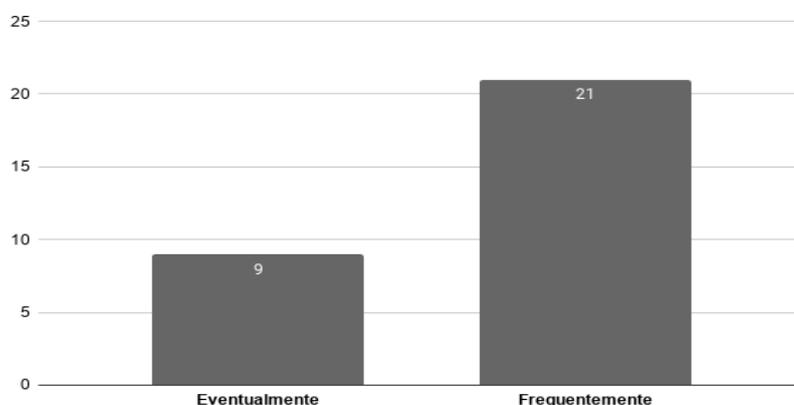
Fonte: Elaborado pelo autor.

A intenção predominante é prestar contas aos membros, conforme o gráfico, 96,7% o que corresponde a 29 instituições, seguida de 21 que também usam as demonstrações para auxiliar nas deliberações. Já 26,7% declararam usar, além disso, como finalidade a apresentação dos dados para alguma organização e apenas 1 declara não usar as demonstrações contábeis.

Sendo assim, percebe-se que prestar contas é uma finalidade das demonstrações

contábeis nas entidades religiosas e, para atestarmos, indagamos a frequência da apresentação de relatórios de destinação das doações aos membros. A resposta está apresentada na figura 8.

Figura 8 – A igreja presta contas aos membros da destinação das doações.

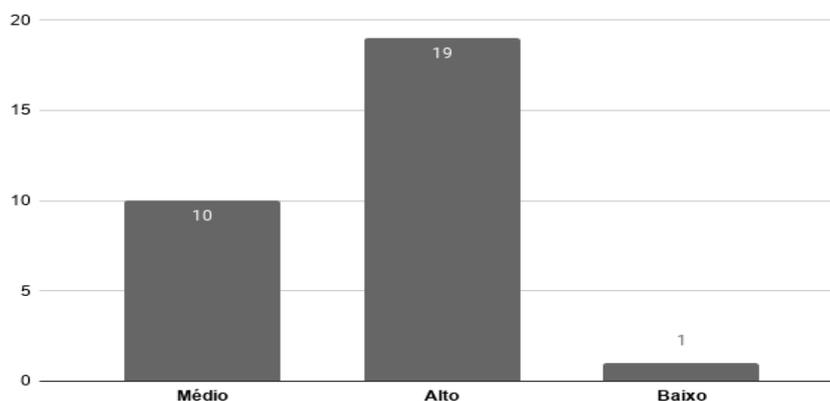


Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com os dados esboçados na figura 8, das organizações entrevistadas, 21 frequentemente apresenta relatórios do destino das doações recebidas, percentualmente, são 70% delas. Já 30% das entidades relatam que eventualmente prestam contas aos membros.

A fim de compreender a relevância e as contribuições propiciadas por meio da contabilidade gerencial, interrogou-se as organizações religiosas sobre o grau de importância que ela possui. A figura 9 representa os dados obtidos.

Figura 9 – Grau de importância da contabilidade gerencial.

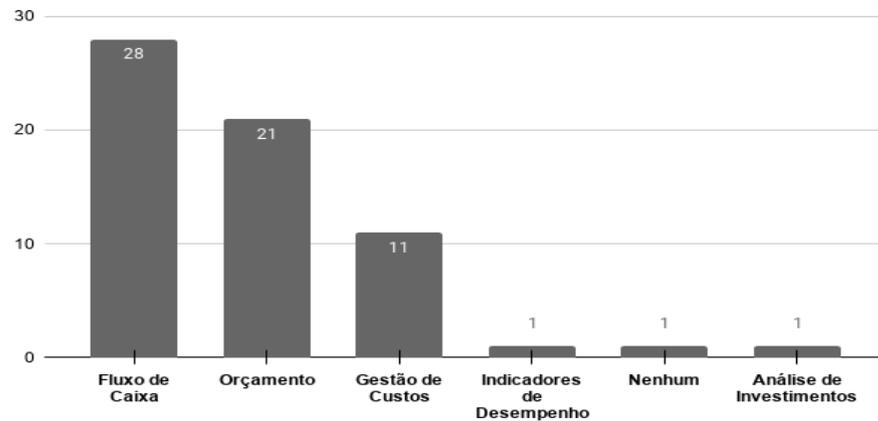


Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se constatar que 63,3% dos respondentes asseguram que a contabilidade gerencial é de alto grau nas entidades religiosas, seguida de 33,3% que consideram sua relevância de nível médio, e apenas 3,3% afirma ser de baixo grau, isto é, 1 instituição religiosa.

Inúmeras ferramentas gerenciais podem ser aplicadas nas organizações, e para verificar quais são aproveitadas nas instituições religiosas, questiona-se quais ferramentas da contabilidade gerencial são utilizadas. A figura 10 evidencia o resultado.

Figura 10 – Quais ferramentas da contabilidade gerencial utilizam.

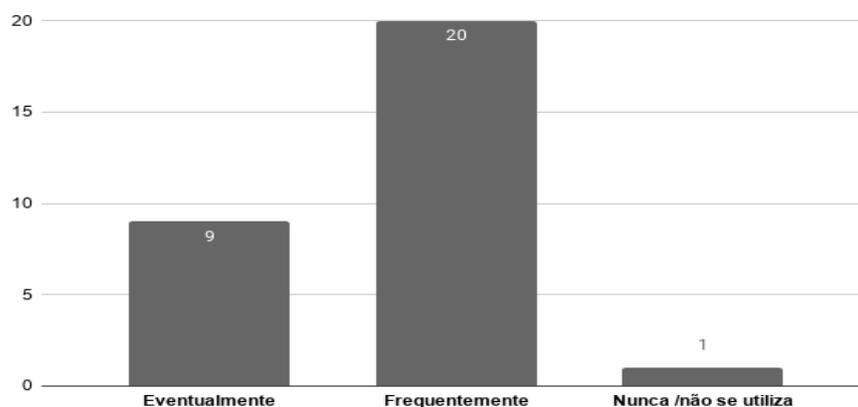


Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme os dados expostos na figura acima, 93,3% utilizam o fluxo de caixa. Consta-se também, que 70% delas usam o orçamento, seguida de 36,7% que aplicam a gestão de custos e, por último, a análise de investimento, indicadores de desempenho e a opção nenhum, contaram com 3,3%, equivalente a 1 entidade cada.

A seguir, questiona-se sobre a periodicidade do uso dessas ferramentas. Conforme a figura 11.

Figura 11 – Qual frequência do uso das ferramentas da contabilidade gerencial.



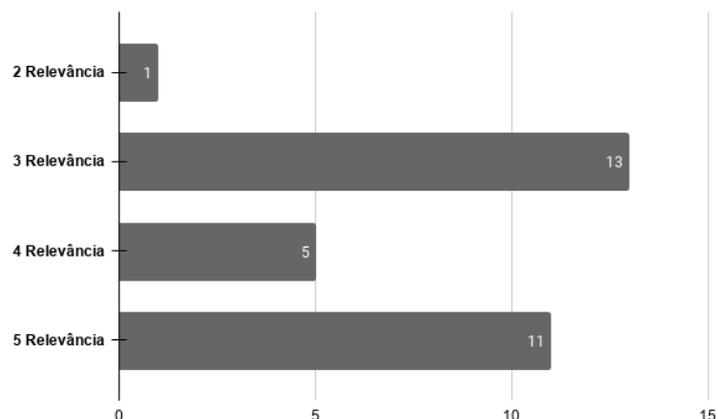
Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo a figura 11, dos questionados, 20 relatam que frequentemente aplicam as ferramentas da contabilidade gerencial. Prosseguindo, 9 entidades declaram que eventualmente fazem uso e, por fim, 1 respondente afirma nunca utilizar.

Para finalizar pergunta-se nas questões 12 e 13 sobre a relevância do profissional contábil e das ferramentas gerenciais, a fim de compreender a visão dos administradores ou tesoureiros das instituições pesquisadas.

A questão 12 discorre sobre a significância do Contador ao fornecer dados financeiros e contábeis para a tomada de decisões. Ver figura 12.

Figura 12 – Qual a relevância do contador ao fornecer dados para as decisões.

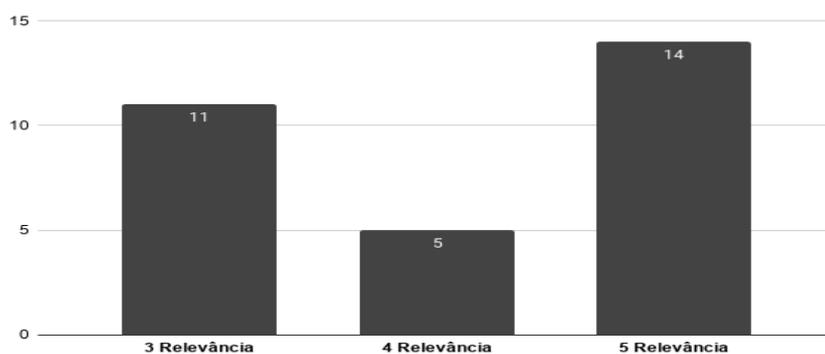


Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme exibido na figura 12, dos interrogados, 43,3% consideram mediana a relevância do profissional contábil. Numericamente, corresponde a 13 entidades religiosas, isto é, para 36,7% o auxílio do contador é extremamente relevante, seguida de 5 respondentes que afirmam, em uma escala de 0 a 5, em que 4 é o número que representa a relevância, quer dizer, que não considera extremamente relevante, mas consideram importante para as deliberações e, para completar, somente 1 entende que a sua importância é menor que a média, considerando 2 o número de escala que o demonstra.

Para concluir este questionário, a resposta obtida a seguir, expõe o quão relevante são as ferramentas da contabilidade gerencial (fluxo de caixa, orçamento, gestão de custos, análise de investimentos e indicadores de desempenho, dentre outras) para os usuários, nas organizações religiosas, foco desse estudo. Representada pela figura 13.

Figura 13 – Consideram relevantes as ferramentas da contabilidade gerencial.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme apresentado na figura 13, a maioria dos respondentes consideram importante os instrumentos oferecidos pela contabilidade gerencial. Em uma escala de 0 a 5, sendo 0, nada relevante e 5, extremamente relevante, evidencia-se que 46% declara ser extremamente relevante, totalizando 14 entidades. Seguido de 37% que apontam ser nível 3 na escala de relevância, são eles 11 perguntados, por fim 5 entidades destacam ser de nível 4 de relevância.

Após a apresentação e estudo dos dados coletados, pode-se salientar alguns pontos que tiveram destaque na exploração completada. Em relação ao grau de escolaridade dos entrevistados, notabiliza-se que a grande maioria tem ensino superior. Observa-se também,

que grande parte dos respondentes consideram seu entendimento sobre instrumentos contábeis e gerenciais, de nível médio e baixo. Percebe-se que as entidades religiosas entrevistadas possuem um porte pequeno, uma vez que média de membros ativos é de 100. A exposição da pesquisa evidencia que os recursos disponibilizados pelos membros e cooperadores é de valor considerável. Nota-se também que todos os entrevistados possuem contabilidade regular, seja interna ou terceirizada, os quais buscam atender as normas estabelecidas. Destaca-se que a demonstração do fluxo de caixa foi citada como a ferramenta que essas instituições dispõem e mais utilizam, seguida do balanço patrimonial e das demonstrações de superávit ou déficit. O objetivo principal das demonstrações contábeis, para os entrevistados, revela-se ser a prestação de contas aos membros, pois frequentemente apresentam relatórios do destino das contribuições, servindo de base para a tomada de decisões. No que se refere a relevância da contabilidade gerencial, os pesquisados consideram-na altamente importante nas organizações religiosas. De acordo com os resultados obtidos pode-se ressaltar que o fluxo de caixa, o orçamento e a gestão de custos são as principais ferramentas, frequentemente, utilizadas pelos respondentes. Segundo os entrevistados, o auxílio do contador por meio de relatórios financeiros e contábeis, são relevantes, porém não são extremamente necessários. Por fim, percebe-se que as entidades religiosas consideram importantes as ferramentas gerenciais, uma vez que respaldam e apoiam as decisões dos responsáveis em suas deliberações.

## 5. Conclusão

A contabilidade consolida-se de maneira transformadora e ocupa destaque no mercado de trabalho. No decorrer dos anos, a área de atuação do profissional contábil ampliou propiciando ao contador uma série de atividades em que pode laborar. Entretanto, a maioria possui seu foco voltado às organizações que objetivam lucratividade, mesmo assim outras áreas podem ser exploradas e beneficiadas com esta Ciência.

A indagação desta pesquisa buscou verificar quais ferramentas da Contabilidade as instituições religiosas empregam em suas atividades e seu desfecho trouxe indícios que identificam sua relevância nessas organizações.

Inicialmente, pôde-se verificar que a maioria dos administradores dessas entidades possui curso superior e afirmam ter conhecimento baixo a mediano sobre os instrumentos contábeis e gerenciais. Identificou-se que as instituições dispõem de um considerável número de membros e que ocorre um fluxo de entradas significativo e que apesar de não terem como objetivo o lucro, mas sim, o de professar sua crença, atuam em uma diversidade de áreas sociais onde há grande vulnerabilidade.

Constatou-se que as entidades religiosas entrevistadas têm contabilidade regular e que possuem as seguintes demonstrações contábeis: a Demonstração de Fluxo de Caixa, o Demonstrativo de Superávit ou Déficit e o Balanço Patrimonial. No entanto, evidencia-se que o entendimento sobre as demonstrações é pequeno, revelando a necessidade de orientação de um profissional contábil.

Observou-se a partir dos resultados obtidos, que as organizações religiosas utilizam as informações gerenciais basicamente, para prestar contas aos membros e fazem isso regularmente. Devido a isso, acredita-se que não estão aproveitando o potencial total das informações gerenciais em cooperar nas decisões financeiras, na destinação e obtenção de recursos, nem nos planejamentos futuros.

A pesquisa revelou também que a contabilidade gerencial é considerada importante por parte dos administradores, mas outra parte considerável, julga ser de importância mediana, por falta de conhecimento e de informações sobre o tema. Outro fato pertinente identificado na pesquisa, é que as ferramentas gerenciais mais utilizadas são o fluxo de caixa e, em menor uso o orçamento, seguida de uma quantidade bem pequena a gestão de custos. Já,

indicadores de desempenho e análise dos investimentos foram consideradas quase nulas. Questionados quanto a frequência do uso desses instrumentos gerenciais, quase um terço, declarou eventualmente utilizá-las, um número expressivo, no entanto, supõe-se que não há a compreensão adequada quanto ao conceito e a forma de uso dessas ferramentas.

Na intenção de identificar se os administradores das entidades religiosas consideram o contador como provedor de informações importantes para as tomadas de decisões e planejamento, foi perguntado sobre sua relevância e o resultado obtido apontou que mais de um terço dos questionados reconhecem que ele representa uma posição intermediária. Por outro lado, ao serem questionados sobre a relevância das ferramentas gerenciais, a maioria considerou ser muito importante. Mas, crê-se que ampliar esta visão, demonstrando que os profissionais podem atuar como um suporte imensamente significativo no apoio aos gestores financeiros, pode resultar na melhor aplicabilidade das ferramentas oferecidas pela Ciência Contábil.

Observou-se através desse estudo, que houve um crescimento significativo de instituições religiosas no Brasil, tornando indispensável a transparência das informações, sustentando que a utilização das Ciências Contábeis é um elo que corrobora na confiabilidade e credibilidade das informações, especialmente, porque, por meio da fidedignidade é possível perdurar a obtenção de recursos indispensáveis a toda organização.

O Terceiro setor carece de conhecimentos sobre as ferramentas contábeis, visto que a contabilidade pode colaborar não somente para mostrar aos membros os resultados ou servir para prestações de contas, mas sim trazer melhorias para este público. Mostrar a relevância do contador e das ferramentas contábeis é fundamental e ir além do cumprimento do que é obrigatório, apresentar possibilidades de uso de outros meios de controle e planejamento, pode ser um meio de alcançar o terceiro setor. Sabemos do amplo campo de atuação que as ciências contábeis ensejam, por isso torna-se tão necessário analisar as ferramentas que mais contribuam e adaptá-las às necessidades dessas instituições. Por isso torna-se tão desafiador, explorar este território e identificar suas carências, não apenas disponibilizando as demonstrações, mas ensinando como usá-las.

A partir dessa pesquisa, contactou-se que a contabilidade tem muito mais a oferecer às entidades religiosas, uma vez que ela torna possível melhorar a aplicabilidade dos recursos, permitindo projetar a destinação de seus investimentos e auxiliando no planejamento estratégico do seu capital.

Primeiramente, através do orçamento é possível identificar a aplicação mais adequada dos recursos, definir metas e trazer avanços no gerenciamento financeiro dessas entidades, além disso, auxilia no controle gerencial apropriado e, a partir disso, pode-se identificar o desempenho da gestão e administração e observar as características da organização.

Outrossim, tem-se os indicadores de desempenho que, ajustados ao perfil das instituições religiosas, podem contribuir na avaliação das decisões tomadas, uma vez que permite analisar se elas foram adequadas, possibilitando que a entidade modifique suas estratégias, logo colaborando para o seu desenvolvimento. Em se tratando da análise de custos, é possível afirmar que ela permite que as organizações programem e otimizem os recursos da melhor maneira possível para manter a entidade em ação.

Diante das informações apresentadas ao longo da pesquisa, constatou-se que a contabilidade é uma ferramenta de gestão indispensável. Sendo assim, este estudo ratifica esta Ciência e suas demonstrações como essenciais a todas as organizações, a sociedade, ao contador e as entidades sem fins lucrativos.

Portanto, por meio da realização deste estudo, depreende-se que os propósitos inicialmente definidos foram atingidos, os quais analisaram a contribuição da contabilidade gerencial em instituições religiosas e verificaram quais ferramentas da contabilidade são

utilizadas e sua importância para essas organizações. Conclui-se, que se torna indispensável esquadrihar ainda mais este tema e incorporar ferramentas contábeis nesses contextos.

## Referências

ALVES, Aline; BONHO, Fabiana Tramontin. **Contabilidade do terceiro setor [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: Sagah, 2019.

AMORIM, Bruna Ellen Alves de. **DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO: UMA ANÁLISE DOS REFLEXOS DA CRISE NA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO DAS COMPANHIAS LISTADAS NA B3**. 2019. 15 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, Mg – Facig, Manhuaçu, 2019. Disponível em: <https://www.pensaracademico.facig.edu.br/index.php/repositorioctcc/article/view/1799>. Acesso em: 02 out. 2020.

ANDRADE, Álvaro Pereira de *et al.* **Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social**. 2015. Brasília: CFC: FBC: Profis. Disponível em: [http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/docs/MROSC/Publicacoes\\_Gov\\_OSC\\_e\\_Parceiros/Miolo\\_MTS\\_web.pdf](http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/docs/MROSC/Publicacoes_Gov_OSC_e_Parceiros/Miolo_MTS_web.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.

ATKINSON, Antony A. *et al.* **Contabilidade Gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.  
BIAGIO, Luiz Arnaldo; BATOCCHIO, Antonio. **Plano de negócios: estratégia para micro e pequenas empresas**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2018.

BIAGIO, Luiz Arnaldo; BATOCCHIO, Antonio. **Plano de negócios: estratégia para micro e pequenas empresas**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Lei 5.172, 25 out. 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 27 out. 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15172compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm). Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. Decreto 9.580, de 22 de novembro de 2018. Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm). Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm). Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.825, 22 de dezembro de 2003. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 dez. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.825.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.825.htm). Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Lei n° 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos das Leis n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/lei/111638.htm). Acesso em: 05 de setembro de 2020.

BULGARIM, Maria Clara Cavalcante *et al.* **Caderno de procedimentos aplicáveis à prestação de contas das entidades do terceiro setor**. 2011. Brasília. Disponível em: [https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/21\\_terceiro\\_setor.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/21_terceiro_setor.pdf). Acesso em: 02 out. 2020.

CASTRO, V. R. D; COSTA, P. D. S; SOUZA, F. Ê. A. D. Utilização de Instrumentos Contábeis e Gerenciais por entidades do terceiro setor. **I Congresso UFU de Contabilidade**, Minas Gerais, out./2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC. ITG 2002 (R1)). Entidades sem Finalidade de Lucros. Publicada em 02/09/15. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?codigo=2015/ITG2002\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/ITG2002(R1)). Acesso em: 02 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (NBC TG 1000). Contabilidade para pequenas e médias empresas. Publicada em 01/11/16. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTG1000\(R1\)&arquivo=NBCTG1000\(R1\).doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTG1000(R1)&arquivo=NBCTG1000(R1).doc). Acesso em: 02 set. 2020.

**CONTROLADORIA: CONCEITOS, FERRAMENTAS E DESAFIOS**. Adriano Leal Bruni e Sônia Maria da Silva Gomes, organizadores. Salvador: EDUFBA. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5630>. Acesso em: 26 set. 2020.

COSTA, Alexandre Marino. **Administração orçamentária**. 2011. 122 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências da Administração, UFSC, Florianópolis, 2011. Disponível em: [http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB\\_2014\\_2/Modulo\\_8/Administracao%20Orcamentaria/material\\_didatico/ADM%20Orcamentaria%20-%202016%20-%20web.pdf](http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_8/Administracao%20Orcamentaria/material_didatico/ADM%20Orcamentaria%20-%202016%20-%20web.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1). Apresentação das Demonstrações Contábeis, 2011. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/288\\_CPC\\_21\\_R1\\_rev%2004.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/288_CPC_21_R1_rev%2004.pdf). Acesso em: 13 set. 2020.

CRC/RS - Terceiro Setor: **Guia de orientação para o profissional da Contabilidade**. 3. ed. Porto Alegre: Edição exclusivamente eletrônica, 2018.

CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves. **A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidade do terceiro setor no Brasil: uma investigação empírica**. 2010. 156 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FREITAS, W. R. S; JABBOUR, C. J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: Boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, Lajeado, jul./2011.

Disponível em:

<<http://www.meep.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/560/550>> Acesso em: 14 nov. 2019.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597014099>. Acesso em: 14 novembro 2019.

GÜNTHER, Hartmut; PINHEIRO, José de Queiroz. **Métodos de Pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/38487>. Acesso em: 09 set. 2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; MARION, José Carlos. **Cartas aos estudantes de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2020.

IZIDORO, Cleyton. **Avaliação de Desempenho de empresas**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

KIEKOW, Andrea Simoni *et al.* **Orçamento empresarial Como ferramenta de planejamento: um estudo de caso em uma concessionária de setor de implementos rodoviários**. 2015. 10 f. TCC (Graduação) - Curso de Contabilidade e Finanças, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015. Disponível em:

<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xvmostrappga/paper/view/4227>. Acesso em: 27 nov. 2015.

LINS, Luiz dos Santos; FRANCISCO FILHO, José. **Fundamentos e análise das demonstrações contábeis: uma abordagem interativa**. São Paulo: Atlas, 2012.

MACEDO, Otacílio Pedro de. **Da necessidade de um regime jurídico específico às organizações religiosas: um estudo sobre o inciso IV do art. 44 do Código Civil brasileiro**. 2011. 216 f. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

MACHADO, Márcio André Veras *et al.* Análise da Relevância do Conteúdo Informacional da DVA no Mercado Brasileiro de Capitais. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, v. 67, n. 26, p. 57-69, abr. 2015. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/2571/257138427006.pdf>. Acesso em: 02 out. 2020.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Jose Dilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**: Análise didática das demonstrações contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015591>. Acesso em: 28 agosto 2019.

MARTINS, O. S.; NETO, C. P.; ARAÚJO, A. O. A Gestão Estratégica de Custos nas Organizações do Terceiro Setor: um Estudo de Caso no Estado da Paraíba. **Contabilidade Vista & Revista**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 61-84, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/354>. Acesso em: 13 out. 2020.

MEDEIROS, Bruno Campelo *et al.* DIFICULDADES TÉCNICAS E OPERACIONAIS NA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS MONOGRÁFICOS EM ADMINISTRAÇÃO: UM ENFOQUE METODOLÓGICO. **Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, Natal, n. 8, p. 70-85, jan. 2011.

MONTOTO, Eugenio. **Contabilidade geral e avançada esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MOTTA, Arthur Maciel. A utilização de recursos públicos pelas organizações não governamentais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 186, n. 47, p. 205-244, jun. 2010. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/198683>. Acesso em: 26 set. 2020.

OYADOMARI, J. C. T. **Contabilidade gerencial**: ferramentas para melhoria de desempenho empresarial. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018226>. Acesso em: 15 novembro 2019.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria básica**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. PEREIRA, Alexandre Demetrius. **Auditoria das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade introdutória e intermediária. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010091>. Acesso em: 28 agosto 2019.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. **Auditoria das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SALES, Greice Nara Moreira; CORREIA, Ana Cristina. ELABORAÇÃO E DETALHAMENTO DA DMPL E DFC DE UMA ENTIDADE EMPRESARIAL. **Revista Maiêutica - Curso de Ciências Contábeis**, Indaial, v. 1, n. 1, p. 31-38, maio 2013. Disponível em: [https://189-016-006-142.asselvi.edu.br/index.php/CTB\\_EaD/article/view/1226/385](https://189-016-006-142.asselvi.edu.br/index.php/CTB_EaD/article/view/1226/385). Acesso em: 02 out. 2020.

SCHMIDT, Gabriele; RIBAS, Gabriel Filber. **Principais Obrigações e Demonstrações Contábeis das Instituições do Terceiro Setor**. Porto Alegre: CRC-RS, 2020. Disponível em:

[http://www.crcrs.org.br/arquivos/palestras/230119\\_demonstracoes.pdf](http://www.crcrs.org.br/arquivos/palestras/230119_demonstracoes.pdf). Acesso em: 12 set. 2020.

SILVA, A. H. C. e, & Silva, Érica G. R. da. (2015). ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO IFRS NO BRASIL. *Contextus – Revista Contemporânea De Economia E Gestão*, 13(1), 105 - 131. <https://doi.org/10.19094/contextus.v13i1.584>. Acesso em: 02 out. 2020.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas: guia de sobrevivência empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 432 p.

SILVA, Thayná Santos *et al.* O uso da contabilidade como objeto de transparência nas entidades religiosas: um estudo de caso um Igrejas Batistas de Feira de Santana. **Revista Terceiro Setor & Gestão - Ung-Ser**, Feira de Santana, v. 1, n. 13, p. 17-41, jan. 2019. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/view/3901>. Acesso em: 22 set. 2020.

SLOMSKI, Valmor *et al.* **Contabilidade do terceiro setor: uma abordagem operacional: aplicável as associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas**. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522480166/cfi/4!/4/4@0.00:0.00>. Acesso em: 03 out. 2020.

SOUZA, Ailton Fernando de *et al.* **Análise financeira das demonstrações contábeis na prática**. São Paulo: Trevisan Editora, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519813/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 13 set. 2020.

STEPHANO, J. Y. K.; BUESA, N. Y. Contabilidade do Terceiro Setor: Enfoque na Contabilidade das Igrejas de Cotia e Itapevi. **Revista Eletrônica de Gestão e Negócios**, vol. 4, n. 1, 2013. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Jessica.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **Religiões em movimento: O Censo de 2010**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/123302/pdf>. Acesso em: 10 setembro 2019.

TOMAINO, Bianca *et al.* **Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016.

TORQUATO, Nilton Maurício Martins. **O cristianismo no Brasil: dos navegadores portugueses aos navegadores digitais**. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/123219>. Acesso em: 04 out. 2020.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

ZANOLLA, Ercílio *et al.* Fluxo de recursos operacionais: estudo comparativo entre métodos, aplicado em amostra de empresas industriais brasileiras. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 116-132, 18 out. 2011. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/viewArticle/1041>. Acesso em: 20 set. 2020.